

Discursos femininos, teoria crítica feminista: para uma resposta que não é

Ao Odysseus

Men may work from sun to sun,
but women's work is never done.
(Provérbio popular)

... there is no pure feminist
or female space from which we
can speak.

(Moi, 1989: 18)

Numa das passagens mais frequentemente citadas de *On Deconstruction*, Jonathan Culler contempla a dificuldade que uma mulher terá em corresponder ao pedido para ler «como mulher». Ser mulher seria um feito já dado, assente numa identidade sexual definida nos termos essenciais de uma experiência feminina comum, mas ao mesmo tempo seria também uma condição a ser produzida mediante a adopção de uma posição teórica capaz de construir discursivamente a entidade mulher (Culler, 1982: 49). Nancy K. Miller não encontra uma fácil solução para esta encrenca; tão só apela para que a re-leitura «como mulher» se faça guiar por um acto imaginativo deliberado: imaginar, enquanto se lê, «o lugar do corpo da mulher»; lembrar que «a sua identidade é também re-memorada em estórias do corpo» (Miller, 1986: 355). A distância conceptual, política, étnica – já para não falar da sexualidade alternativa – que a posição de Teresa de Lauretis lhe concede torna possível a articulação de uma síntese crítica face à fantasia actuante

Discursos

(proposta por Miller) de uma identidade feminina concebida como mulher-corpo sobre-escrito: o que está em jogo tanto no problema de «ler como mulher» como na própria definição do feminismo que subentende tal atividade cultural e política é em última análise, «a relação da experiência com o discurso» (Lauretis, 1986: 5).

A história, ou melhor, uma estória que relate a emergência e posterior desenvolvimento das estratégias analíticas, dos posicionamentos teóricos e das práticas literárias associadas à complexa noção do «feminino» terá, pois, que forjar-se entre as linhas de um discurso sobre discursos ou, mais propriamente, um metadiscurso. (Qualifique-se este por agora de «feminista» para não complicar a encrenca). Esta consideração parte, desde já, do pressuposto que os próprios termos de perguntas tais como «O que é 'ler como mulher'?», «Existe uma linguagem feminina?», «O que é o discurso feminino?», «E a crítica feminista?» implicam uma tomada de posição ou expectativa filosófica positivista que a noção pós-estruturalista de «discurso» terminantemente nega. O que não significa que se ignore a importância política de uma construção homogeneizante como, por exemplo, a de «experiência feminina comum.» Torna-se, porém, necessário, por um lado, diferenciar, pluralizar, a noção de identidade inerente a tal construção e, por outro, concebê-la como eminentemente discursiva, isto é, produto de uma tecelagem cultural em que se entrecruzam estórias sobre a Mulher herdadas da tradição do Ocidente com re-leituras dessas estórias postulando novas figurações do (corpo?) feminino.

Assim como a (in)segurança teórica postulada por Culler é, em princípio e para o fim de princípios, de uma sedução inegável quando da «leitura como mulher» se fala, também é pela mão de autoridades masculinas que se poderá repassar o conceito de discurso que orientará a presente discussão. Desde a obra de Michel Foucault que o termo «discurso» tem gozado de uma certa instrumentalidade teórica para sugerir o papel regulador e, à vez, constitutivo da linguagem nas suas relações com as instituições sociais, os sistemas de poder e o papel dos intelectuais no estado moderno. Segundo Paul Bové, o importante, no entanto, não é saber o que é o discurso, mas sim

como funciona, onde se localiza, quais são os seus efeitos e como existe (Bové, 1992: 6). Se bem que o conhecimento ou «verdades» produzidas pelo discurso são sempre «relativas ao quadro de referência [práticas sociais e instituições] que as contêm», o seu poder disciplinar distribui e, no fundo, sustém os efeitos do poder (*Id.*: 8-10). São esses efeitos, patenteados pelas «verdades» discursivas, que subjectivizam – fazem sujeitos e simultaneamente subjagam – os indivíduos; todo o acto de resistência depende, pois, «do poder e não de qualquer categoria abstracta da liberdade ou do eu» (*Id.*: 11). Mas será o discurso e as realidades que este constrói tão «anónimos» ou sexualmente neutros quanto Bové, na esteira de Foucault, parece sugerir?



Várias linhas de investigação são abertas por esta pergunta. Uma delas analisaria o modo como as mulheres são constituídas e ao mesmo tempo participam no amplo «jogo» do discurso como entidades sociais e políticas genericamente marcadas. Outra, porventura menos ambiciosa, limitar-se-ia a contemplar os discursos de certas jogadoras – as que, para mal ou bem, a favor ou contra qualquer filiação, são associadas a práticas intelectuais feministas. Outro caminho a tomar seria a, ainda mais limitada, leitura crítica do estatuto disciplinar que, a partir dos anos setenta pelo menos, tem vindo a formar e a informar os discursos críticos em torno da literatura de autoria feminina, das representações da Mulher e das mulheres, enfim, da especificidade discursiva de qualquer coisa – voz-corpo/sinal/metáfora/efeito da escrita – que os herdeiros e as herdeiras de Nietzsche apelidaram de «feminino,» e que o pragmatismo anglo-americano prefere ver como entidade de carne e osso. O que nos levaria inevitavelmente ao impasse, mas impasse necessário, proposto pelo incómodo problema do «ler como mulher», sabendo de antemão que há leituras e há mulheres; que aquelas são tradicionalmente «cegas» no que se refere à diferença sexual de autores e de textos; e que estas não «são» fora da malha cultural, justamente discursiva, que assim as identifica e produz.

Porque é uma estória do que se poderia provisoriamente conceber como o feminismo crítico-literário contemporâneo o que importa neste momento evocar – uma estória mais, mas esta contada em português, passe a promiscuidade linguístico-cultural de quem a conta olhando o Pacífico com o pensamento posto noutros mares –, talvez seja recomendável não pretender tudo dizer, ou mesmo saber, a respeito da mesma. Salientem-se alguns textos e personagens no processo de sistematização teórica e, daí, institucionalização académica dos discursos sobre a literatura, as mulheres e o «feminino». Deste modo, a narrativa será porventura curta e quem sabe até se linear à medida que o feminismo literário se complica, aproximando-se da *performance* deliberada de diferenças múltiplas numa conversa pós-moderna (ou de surdos?) internamente auto-erosiva. E, nessa altura, convirá então reflectir – se bem que essa já seria outra estória para contar noutro lugar – porque é que no país das «três Marias» a crítica literária, com a notável excepção de Isabel Allegro de Magalhães, dificilmente forjou ainda um espaço discursivo para os estudos literários feministas.

(O espírito anti-disciplinar que motiva a minha posição crítico-teórica é precisamente o que me (nos?) leva, nesta edição da revista *Discursos*, a esboçar um gesto na direcção de um discurso crítico autorizado mas, por isso mesmo, resistente contra a imposição de qualquer «verdade» única sobre os discursos femininos ou a teoria crítica feminista).

Era uma vez, ... no tempo em que estudantes, proletários e intelectuais se abraçavam nas ruas a fazer revoluções, umas francesas (e alguns franceses) que começaram, por um lado, a indagar a realidade histórica e material das mulheres e, por outro, a celebrar o «feminino» como metáfora da alteridade que vinha fascinando a imaginação moderna. Estas investigações, inspiradas pela linguística e a antropologia estruturalistas de Saussure e Lévi-Strauss, pelo pensamento de Derrida, pela psicanálise lacaniana e pelas permutações contemporâneas do materialismo dialéctico, centravam-se sobretudo na questão da diferença sexual inscrita nos textos e, mais amplamente, na linguagem. *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir, foi por então re-descoberto: trampolim analítico para a conceptualização

de como a Mulher é construída culturalmente; e de como as mulheres devem reclamar uma voz própria na esfera cultural pública. E foi assim que Luce Irigaray inventou a noção desconstrutiva do *parler femme*, que Hélène Cixous lançou com o seu «Riso da Medusa» o repto bissexualizante da «escrita feminina», e que Monique Wittig denunciou, a partir de uma perspectiva lésbica-marxista, a cultura falocêntrica como «O Império do Próprio» que reduz a uma norma heterossexual toda a multiplicidade e assimetria da diferença sexual.

Se Cixous e Irigaray propunham a liberação da força anárquica, transgressiva, de um corpo «jouissant» feminino cuja expressão linguística seria articulada à margem da razão filosófica e da lei político-social, Wittig defendia a determinação cultural e, especificamente, económica da diferença sexual. Tal polarização entre uma ortodoxia psicanalítica e outra marxista, não obstante os questionamentos críticos diferenciais que a constituem, caracterizou o debate feminista dos anos setenta em torno da especificidade bem como do potencial político disruptivo do «feminino.» Enquanto as principais posições teóricas herdeiras do legado de Freud tenderiam a recusar toda a hierarquia conceptual assente em categorias binárias, recusando mesmo a etiqueta «feminismo», aquelas que advogavam a primazia materialista acabariam por deixar intacto um mito de origens ou primeiras causas que determinaria o lugar e a voz da mulher na sociedade.

A perspectiva semiótica de Julia Kristeva pretendia aproximar a distância entre o Sexo e a História ou, dito de outro modo, a «linguagem» e a «revolução» em particular mediante o colapso da divisão entre uma esfera cultural masculina e uma feminina existente fora ou à margem da mesma. Isto seria devido ao seu conceito processual, intertextual e dialógico do sujeito, já não uma identidade transcendente a ser recuperada, mas um lugar ou posição no discurso (em termos lacanianos, a ordem simbólica). A relação «pulsional» deste sujeito-posição-no-discurso com os processos primários pré-Edipais que constituem a «chora semiótica» originária, em certas instâncias de produção simbólica, as contradições, rupturas, silêncios e sem-sentidos que potencialmente poderiam abalar o discurso e as estrutu-

Discursos

ras político-sociais dominantes. Mesmo se Kristeva sugerisse que estes efeitos linguísticos disruptivos sobreviessem de uma ordem maternal ou «feminina» pré-simbólica, recusar-se-ia terminantemente a associá-los a qualquer identidade biológica sexualmente marcada ou a qualquer conceito de «escrita feminina.» Desde a sua perspectiva teórica, a Mulher cobraria, de facto, um estatuto metafórico, politicamente estratégico, para sugerir «aquilo que não pode ser representado, aquilo que não é falado, aquilo que permanece fora da nomeação e das ideologias» (Kristeva, 1974: 21).

O facto de Kristeva utilizar textos de autoria masculina (Lautréamont, por exemplo) para ilustrar a sua proposta é testemunho inabalável da sua indiferença não só perante a questão da diferença sexual na linguagem ou nos textos, e muito menos dos seus autores, mas também – e isto tem implicações políticas bem mais sérias – perante o facto de as mulheres terem sido historicamente excluídas, enquanto **mulheres**, da produção cultural publicamente reconhecida ou «canonizada». Mas será, na realidade – já vem sendo tempo que «a realidade» entre nesta estória – o mesmo para um homem e para uma mulher empunhar a pena que lhe lance o nome aos ventos da história (literária e não só)? Ponham-se de parte, pois, os elegantes raciocínios filosóficos «à francesa»; calcem-se sapatos baixos (seguindo a sugestão de Nancy Miller, 1988: 69); e entre-se, enfim – para estas coisas não são precisos vistos consulares – na «land of the free and the brave» pré-pós-estruturalista.

Lá, naquele tempo em que as pessoas ainda se juntavam em massa para protestar contra infracções à liberdade e aos direitos humanos, umas americanas (sem companhia de americanos que se saiba) uniram as mãos escriturais sob o lema da «autoridade da experiência» feminina. (Nem «textos» nem «discursos» tinham aqui lugar; essas coisas esquisitas só viriam a incomodar a crítica quando a segurança dos postos académicos, em especial os de certas mulheres, começou a depender da medida em que estas entrassem ou não no que Barbara Christian chamou «a corrida à teoria»). Partindo do estudo pioneiro de Kate Millet, *Sexual Politics* (1969) que, por sua vez, bebia ainda certo leite materno em *A Room of One's Own* (1929), de Virginia Woolf, essas mulheres começaram por desmascarar o funcionamento do

poder patriarcal (leia-se: «machismo») nas imagens femininas veiculadas pela grande tradição cultural, literária e científica (incluindo a psicanálise freudiana). Muitas delas estavam convencidas de que, tal como Dale Spender o demonstraria, a linguagem era em si já «feita» pelos homens com a consequência – propositada ou não – da opressão e silenciamento das mulheres. Por óbvias razões políticas, era imperativo ultrapassar a vitimização que este tipo de crítica, apelidada mais tarde por Elaine Showalter de «feminist critique», no fundo, sustentava («Feminist Criticism»). A descoberta e re-construção de uma herança literária de autoria feminina tornar-se-ia, portanto, eminente.

E assim nasceu a «ginocrítica», termo cunhado por Elaine Showalter para identificar um tipo de análise de obras de autoria feminina que pressupõe não só a vivência de uma experiência comum anterior a toda a actividade simbólica como também a sua virtualmente «transparente» expressividade literária. Representado por *A Literature of Their Own* (1977), de Showalter, e pelo massivo estudo de Sandra Gilbert e Susan Gubar, *The Madwoman in the Attic* (1979), este tipo de crítica feminista atendia com algum detalhe ao contexto sócio-histórico e ideológico em que determinada obra de autoria feminina se produz, assumindo, porém, uma série de expectativas universalistas-humanistas que tomavam a cultura por natureza e anulavam qualquer diferença epocal e/ou individual que não fosse a da «experiência feminina». Esta manifestar-se-ia em estratégias estilísticas e temáticas comuns a todas as obras escritas por mulheres, estratégias estas que certo pendor crítico «radical» tomaria em si por «feministas».

Não são de admirar as denúncias lançadas contra tal tipo de crítica. E é então, nos limiares dos anos oitenta, perante o olhar cinéfilo de uma nova era que emerge a dispersar misturas e utopias politicamente suspeitas, que despontam toda uma série de complicações teóricas nos estudos dedicados seja à Mulher no texto, seja aos textos escritos por mulheres. Porque nessa altura se descobre que os textos – e, claro, as mulheres – podem ter várias tonalidades ideológicas (nem sempre coincidentes com o tom ou tons da pessoa biológica que escreve): marcas de cor, de etnia, de classe social, de

Discursos

gênero sexual e de sexualidade que se entrecruzam em variações infinitas. A consequência lógica de tal constatação é o argumento de que, afinal, ninguém possui uma voz ou espaço discursivo privilegiado de onde possa falar por todas as mulheres e por todos os seus escritos. O que implica, naturalmente, a diversificação e a abertura teórica do campo intelectual feminista a toda uma série de grupos com interesses próprios de significação na grande selva do discurso crítico acadêmico norte-americano. Como – prenúncio de João Guimarães Rosa – as veredas são muitas e a estória já vai longa, tateiem-se tão só algumas entradas mais claras nesta selva ou sertão.

Um dos primeiros desarmamentos da «ginocrítica» foi levado a cabo por parte de um grupo de investigadoras americanas da literatura e cultura francesa, inspiradas pelas ideias pós-estruturalistas, particularmente, de Lacan (a psicanálise), de Derrida (a desconstrução) e de Foucault (a teoria do discurso e do poder). De um modo geral, acusavam a linha feminista anglo-americana de essencialista, politicamente separatista e – mal dos males – teoricamente ingênua. As tensões teóricas e ideológicas que surgem então centram-se especialmente em redor do dilema mulher: efeito-da-escrita e mulheres: sujeitos autorais. Um bom exemplo disso é o debate entre Peggy Kamuf e Nancy K. Miller (Miller, 1988) a respeito das *Lettres portugaises*, problema revisitado e desenvolvido com relação à literatura portuguesa no artigo de Anna Klobucka, «De autores e autoras», incluído nesta edição de *Discursos*. A discursividade teórica característica desta linha de crítica literária feminista contribuiu para a oficializar e institucionalizar, por fim, no contexto universitário norte-americano. Mas, já que não há um bem que não acarrete (muitos) desgostos, a chamada «(des)conexão anglo-americana» representaria também a ameaça da certidão de óbito para o feminismo literário humanista.

Vários campos, por vezes indivisíveis entre si, de articulação crítico-teórica feminista foram abertos assim ao longo dos anos oitenta, acompanhando e contribuindo para a crise de legitimação das chamadas «narrativas mestras» da grande tradição humanista. Coincidindo cronologicamente com o surto da teoria do caos nas ciências (Hayles, 1990), a participação do feminismo no horizonte filosófico pós-modernista pode ser vista como ten-

tativa de responder aos argumentos que ditam não só a «morte» do Homem, do Sujeito, da Verdade e da História como também insistem na produção discursiva de todos os significados. Regista-se então, por um lado, um renovado vigor teórico proveniente da tradição crítica de esquerda, que passou a incorporar a psicanálise, a desconstrução, a semiótica e a teoria do discurso, por exemplo, na análise materialista de textos literários, pictóricos e fílmicos de autoria feminina e masculina. Ainda que muito diferenciados entre si, os ensaios incluídos na colecção de Judith Newton, *Feminist Criticism and Social Change* (1985) são ilustrativos a esse respeito. Começaram, por outro lado, a multiplicar-se as perspectivas feministas alternativas face a conceitos tais como o de «identidade», «diferença» e «agência» que até então tinham sido monopolizados quase exclusivamente por mulheres brancas, de acordo com padrões filosóficos hegemónicos masculinos e heterossexuais. Se a crítica feminista negra e, entre as minorias étnicas, predominantemente a chicana manifestava uma certa urgência em reclamar tradições artísticas marginalizadas e silenciadas por virtude da imposição do canone ocidental, a crítica lésbica (por parte de mulheres de todas as cores e procedências étnicas) insistia, com uma iluminante força teórica, na necessidade de questionar a injunção heterossexista veiculada por essa tradição.

Enquanto os reptos teóricos, que implicam sempre manipulações ideológicas, se multiplicavam, desfazendo coligações e dividindo as literatas feministas na arena do Congresso Anual da Modern Language Association (só para mencionar o espaço mais visível), os homens aproveitaram para «entrar» no feminismo. Qualquer comentário descritivo (deste movimento) disciplinar seria redundante dada a muito discutida preposição do título *Men in Feminism* (Jardine; Smith, 1987), colecção de ensaios que dramatiza a incomodidade de um posicionamento teórico potencialmente apropriativo já para não dizer cooptativo. O que não quer dizer que os homens não devam ou não possam ser «companheiros de estrada» na tão lida quanto incerta actividade académica de que nos (pre)ocupamos aqui. Aliás, incluídos neste número de *Discursos* figuram três artigos – «Subversão da topografia cultural do patriarcado em *Cavalo de Sol* de Teolinda Gersão», de José

Discursos

Ornelas, «O som dos búzios: feminismo, pós-modernismo, simulação», de Paulo Medeiros e «Fernando Pessoa – Maria José: alteridade e discurso feminino» de Dionísio Vila Maior – que demonstram, cada um a seu modo mas todos a partir de perspectivas pós-androcêntricas/pós-representacionais, como a questão dos «homens no feminismo» pode ser uma questão de simpatia discursiva, teoricamente construtivista (como propunha Culler), sem «penetrações» menos desejáveis. (Diga-se de passagem que o problema não será talvez tanto para ser resolvido a tinta e papel literários, mesmo se tudo e todos estamos irredutivelmente já (e)/(in)scritos, mas sim a papel selado, a contratos e ofícios).

Mas isto é uma estória, pelo que urge pegar o fio à meada e narrativizar o que, de facto, parecem ser as aportações de maior peso que os múltiplos debates dos anos oitenta trouxeram à leitura e à teorização feministas na sua maioridade institucional. Onde pára nestas alturas o «feminino»? Realmente em lugar nenhum, se por «feminino» se entende qualquer coisa de comum, biológico e universal, a que a «jouissance» do corpo liberado daria voz – versão «francesa»; ou a que as prisões culturais e sociais que silenciavam a mulher a obrigavam temática e estilisticamente – versão «anglo-americana». Por outras palavras, só enquanto construção retórica que enfatiza a construtividade cultural e discursiva do signo Mulher ao longo do tempo (em determinada época, em determinada cultura, em determinada escola literária e/ou autor/a) se poderia falar em tempos mais recentes do «feminino» sem cair num gesto crítico simplista e *demodé*. O modo como certos escritores e escritoras exploraram esse signo para preencher determinados fins estéticos e ideológicos da modernidade constitui uma muito produtiva linha de crítica especulativa situada entre o que se poderia considerar uma abordagem pós-moderna da «política sexual» anglo-americana e uma abordagem pós-estruturalista da «política textual» francesa. O estudo de Alice Jardine, *Gynesis: Configurations of Woman and Modernity* (1985), constitui um bom exemplo desta vertente, representada neste volume de *Discursos* pela ampla re-leitura a que convida o ensaio de Ellen Sapega, «Para uma aproximação feminista do modernismo português».

Outro lado, porém, onde o «feminino» se mostra transfigurado, e com grande felicidade teórica, é ao lado do «masculino»; não como par enfim reunido para que esta tão conturbada estória acabe em bem, mas como inscrições textuais relativas aos modos como o género sexual é construído culturalmente. Longe de atemporais e universais, estas inscrições levam por força marcas distintivas de uma época sócio-histórica e de outras tantas construções culturais como o são a classe, a raça, a etnia e a orientação sexual. Um dos resultados mais palpáveis que o «feminismo masculino», por um lado, os feminismos materialistas, por outro, e o feminismo lésbico e/ou étnico/racial ainda por outro, teriam aportado à teoria crítica feminista seria precisamente a notícia de que contrário ao que se vinha supondo desde o berço da cultura ocidental, a «diferença sexual» nem está exclusivamente do lado das mulheres nem é um dado biológico anterior a toda a simbolização e às práticas sociais que a informam. Os ensaios incluídos na colecção editada por Elaine Showalter, *Speaking of Gender* (1989) e a obra de Teresa de Lauretis, *Technologies of Gender* (1987), por exemplo, ilustram bem este deslocamento de perspectiva teórica, que contempla todo o acto de leitura e toda a escrita como produções discursivas da política do género. Estas produções tanto podem perpetuar os efeitos hegemónicos e repressivos da política do género tradicional como resistir-lhes, configurando maneiras alternativas de conceber não só o género mas também a sua actuação político-social.

As investigações centradas no género marcam um distanciamento definitivo do enfoque exclusivo de obras de autoria feminina na procura de uma especificidade não só de género, mas também de intencionalidade feminista. Ora, não obstante as consequências bem sérias que tal distanciamento possa ter para a promoção e eventual canonização de textos escritos por mulheres, o interdisciplinarismo desta tendência teórica e crítica constitui uma inteligente aposta de revitalização dos estudos literários de um modo geral e dos feministas em particular. O que se entendia por «contexto» tem vindo a cobrar relevo de novo nas agendas crítico-teóricas, mas sem «transparências» linguísticas, causalidades mecânicas ou neutralidades subjectivas de corte humanista. Por outro lado, os Estudos do Género desenvolveram, nos

Discursos

últimos tempos e a par com a assimilação problematizada de teorias pós-modernistas, toda uma linha de teoria crítica que re-infunde uma noção de agência intervencionista num construtivismo discursivo acaso esquecido de responsabilidades éticas e políticas. Refiro-me às ideias adiantadas por Judith Butler (*Gender Trouble*, 1990) e Eve Sedgwick (*Epistemology of the Closet*, 1990), entre outras e outros, que propõem como fenómenos de representação dir-se-ia cénica não só o género mas também a própria sexualidade, e as identidades étnicas e raciais – heterogeneidade de *performances* deliberadas para as quais não existe propriamente uma natureza ou realidade biológica não simbolizada.

O ceticismo filosófico ou, ainda, o cansaço e as frustrações pressentidas neste fim-de-século poderão ir arrefecendo as paixões dos debates teóricos que deram vida institucional à crítica feminista. Mas talvez uma «conversa pós-moderna» (à la Richard Rorty, como não quer Jane Flax, *Thinking Fragments*, 1990) tenha ainda lugar nos anos noventa, numa cena de negociações teórico-críticas «performativas», de dramatizações discursivas, enfim, de simulações tanto por parte dos «homens» e das «mulheres» que povoam os produtos culturais como por parte daqueles que se dedicam profissionalmente a lê-los e a interpretá-los enquanto tal. Se ainda o «poder da divisão» que Jonathan Culler celebrava como a maior das virtudes da teoria feminista não deu ainda tantos frutos políticos e materiais quanto algumas críticas dos anos setenta desejavam, o certo é que já quase se não ouve – pelo menos nas paragens de onde conto esta estória – aquela pergunta irritada e perplexa que, interceptada por Freud, faz eco de uma ficção cultural milenária: «Afinal, que diabo é que estas mulheres querem?» No entanto, como é costume que uma estória feche com uma «moral», imagine-se uma Mona Lisa respondendo à pergunta com sorriso de madona e dedos que escrevem num teclado electrónico: «Nós? Nada e, ainda assim, tudo».

Ana Paula Ferreira é Professora de Literatura Luso-Brasileira na Universidade da Califórnia – Irvine. Doutorou-se pela New York University com uma dissertação sobre o Neo-Realismo (*Alves Redol e o Neo-Realismo Português*, Lisboa, Caminho, 1992). Tem em preparação um livro de ensaios sobre a reinvenção do real na ficção portuguesa contemporânea de autoria feminina.

Referências Bibliográficas

- BEAUVOIR, Simone de (1949) – *Le Deuxième Sexe*, 2 vols., Paris, Gallimard.
- BOVÉ, Paul A. (1992) – *Mastering Discourse: The Politics of Intellectual Culture*, Durham, Duke University Press.
- BUTLER, Judith (1990) – *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*, London/New York, Routledge, Chapman & Hall, Inc.
- CHRISTIAN, Barbara (1987) – «The Race for Theory» in *Cultural Critique* 6, Spring, pp. 51-63; reimpresso in Linda Kauffman (ed.) – *Gender and Theory: Dialogues on Feminist Criticism*, London, Brasil Blackwell, 1989, pp. 225-237.
- CIXOUS, Hélène (1975) – «Le Rire de la Méduse», in *L'Arc* 61, pp. 39-54.
- CULLER, Jonathan (1982) – «Reading as a Woman» in *On Deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism*, Ithaca, Cornell University Press, pp. 43-63.
- CULLER, Jonathan (1989) – «The Power of Division», in Elizabeth Meese e Alice Parker (eds.) – *The Difference Within: Feminism and Critical Theory*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 149-163.
- FLAX, Jane (1990) – *Thinking Fragments: Psychoanalysis, Feminism and Postmodernism in the Contemporary West*, Berkeley, California University Press.
- GILBERT, Sandra; GUBAR, Susan (1979) – *The Madwoman in the Attic: The Woman Writer and the Nineteenth-Century Literary Imagination*, New Haven, Yale University Press.
- HAYLES, Katherine (1990) – *Chaos Bound: Orderly Disorder in Contemporary Literature and Science*, Ithaca, Cornell University Press.
- IRIGARAY, Luce (1977) – *Ce Sexe Qui N'est Pas Un*, Paris, Les Editions de Minuit.
- JARDINE, Alice A. (1985) – *Gynesis: Configurations of Woman and Modernity*, Ithaca, Cornell University Press.
- JARDINE, Alice A.; SMITH, Paul, (eds.) (1987) – *Men in Feminism*, London, Methuen & Co.
- KRISTEVA, Julia (1974) – «La femme, ce n'est jamais ça» in *Tel Quel* 59, Automne 1974, pp. 19-24.

Discursos

- KRISTEVA, Julia (1974) -- *La Révolution du Langage Poétique*, Paris, Seuil.
- LAURETIS, Teresa de (1986) -- «Feminist Studies/Critical Studies: Issues, Terms and Contexts» in Teresa de Lauretis (ed.) -- *Feminist Studies/Critical Studies*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 1-19.
- LAURETIS, Teresa de (1987) -- *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction*, Bloomington, Indiana University Press.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro de (1987) -- *O Tempo das Mulheres: A Dimensão Temporal na Escrita Feminina Contemporânea*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- MAGALHÃES, Isabel Allegro (1992) -- «Os Véus de Ártemis: Alguns Traços da Ficção Narrativa de Autoria Feminina» in *Colóquio/Letras* 125/126, Julho-Dezembro 1992, pp. 151-168.
- MILLER, Nancy K. (1986) -- «Rereading as Woman: The Body in Practice» in Susan R. Suleiman (ed.) -- *The Female Body in Western Culture: Contemporary Perspectives*, Cambridge, Harvard University Press, pp. 354-362.
- MILLER, Nancy K. (1988) -- *Subject to Change: Reading Feminist Writing*, New York, Columbia University Press.
- MILLET, Kate (1977) -- *Sexual Politics*, London, Virago.
- MOI, Toril (1989) -- «Feminist, Female, Feminine» in Ann Jefferson e David Robey (eds.) -- *Modern Literary Theory*, London; reimpresso in Catherine Belsey e Jane Moore (eds.) -- *The Feminist Reader: Essays in Gender and the Politics of Literary Criticism*, Cambridge, Blackwell, pp. 117-132.
- NEWTON, Judith; ROSENFELT, Deborah, (eds.) (1985) -- *Feminist Criticism and Social Change: Sex, Class and Race in Literature and Culture*, London, Methuen & Co.
- ROSA, João Guimarães (1956; 1984) -- *Grande Sertão: Veredas*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- SEDGWICK, Eve Kosofsky (1990) -- *Epistemology of the Closet*, Berkeley, University of California Press.
- SPENDER, Dale (1980) -- *Man Made Language*, London, Routledge & Kegan Paul.
- SHOWALTER, Elaine (1977) -- *A Literature of their Own: British Women Novelists from Brontë to Lessing*, New Jersey, Princeton University Press.

Discursos femininos, teoria crítica feminista

SHOWALTER, Elaine (1981) – «Feminist Criticism in the Wilderness», in *Critical Inquiry* 8, Winter 1981, pp. 179-206; reimpresso in Elizabeth Abel (ed.) – *Writing and Sexual Difference*, Chicago, University of Chicago Press, 1982.

SHOWALTER, Elaine (1989) – *Speaking of Gender*, London, Routledge.

WITTIG, Monique (1982) – «The Category of Sex» in *Feminist Issues* 2, Fall 1982, pp. 63-68.

WOOLF, Virginia (1929) – *A Room of One's Own*, London, Hogarth Press.